

Demonstrações Financeiras

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-
IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CNPJ: 37.037.297/0001-70

Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.

CNPJ: 62.285.390/0001-40

DATA BASE

30/06/2025 - EXERCÍCIO



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	10
Demonstração do resultado do exercício	11
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos cotistas e à administradora do

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO
FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Galapagos Recebíveis do Agronegócio - Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Galapagos Recebíveis do Agronegócio - Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada em 30 de junho de 2025 e o desempenho de suas operações para o exercício findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos imobiliários.



Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.1, que versa sobre a reapresentação dos saldos do exercício findo em 30 de junho de 2024, em função da reclassificação dos valores registrados nos resultados, bem como da movimentação do patrimônio líquido. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos De Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho:

CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO

O Fundo possui R\$ 118.781 mil em certificados de recebíveis do agronegócio mensurados ao valor justo, representando 78,78% de seu patrimônio líquido, que são negociáveis e para os quais os preços são observáveis no mercado, sendo registrados e custodiados por entes regulamentados, a saber, Anbima e B3 S.A. Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o patrimônio líquido e o resultado do fundo, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esses assuntos significativos em nossa auditoria.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: (i) avaliar o desempenho dos principais controles internos definidos pela administradora para cálculo do valor justo e conciliação de custódia dos ativos financeiros; (ii) testar a existência por meio de conciliação das posições mantidas pelo fundo com as informações fornecidas pelo custodiante; (iii) recalcular o valor justo dos ativos financeiros com base em preços disponíveis obtidos junto a fontes de mercado independentes; e (iv) avaliar as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do fundo.



RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, não identificamos ajustes que tenham afetado a existência, mensuração e divulgação dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros Assuntos

AUDITORIA DE VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2024 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 27 de setembro de 2024, sem modificação de opinião. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades Da Administradora Do Fundo Pelas Demonstrações Financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos imobiliários e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que



a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é a sua Administradora, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar



os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau - SC, 29 de setembro de 2025.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Ricardo Artur Spezia – Sócio

Contador SC-028595/O-2

Galapagos Recebíveis do Agronegócio - Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Quantidade	30.06.2025	% sobre patrimônio líquido	30.06.2024	% sobre patrimônio líquido
Ativo						
Circulante						
Disponibilidades			3	-	11	0,01
Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.			3	-	11	0,01
Ativos financeiros de natureza não agroindustriais						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4(i)	3.916,00	17.028	11,29	20.248	13,38
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			-	-	20.248	13,38
Notas do Tesouro Nacional - NTN		3.916,00	17.028	11,29	-	-
Cotas de fundos de investimento	4(i)	3.098,00	3.241	2,15	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios		3.098,00	3.241	2,15	-	-
Ativos financeiros de natureza agroindustriais						
Títulos Privados de Renda Fixa	4(ii)	55.741.122,42	118.781	78,78	121.076	80,00
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio		105.454,00	71.637	47,51	81.196	53,65
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio - vencidos		55.635.668,42	47.144	31,27	39.880	26,35
Títulos Privados de Renda Fixa	4(ii)	15.409,00	13.080	8,67	11.439	7,56
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários		15.409,00	13.080	8,67	11.439	7,56
Outros créditos			28	0,02	26	0,01
Outros valores a receber			28	0,02	26	0,01
Diferimento Taxa De Fiscalização - CVM			17	0,01	18	0,01
Diferimento Anuidade Taxa De Bolsa B3			11	0,01	8	-
Total do Ativo			152.161	100,91	152.800	100,96
Passivo						
Circulante						
Taxa de Administração	10		19	0,01	19	0,01
Taxa de Gestão	10		126	0,08	129	0,09
Despesas de Auditoria			70	0,05	70	0,05
Outros Valores a Pagar			5	-	5	-
Rendimentos a distribuir	16		1.155	0,77	1.226	0,81
Total do Passivo			1.375	0,91	1.449	0,96
Cotas por classe			137.905	91,46	152.056	100,47
Gastos relacionados a emissão de cotas			(5.268)	(3,49)	(5.268)	100,37
Total do Patrimônio Líquido			150.786	100,00	151.351	100,00
Total passivo e patrimônio líquido			152.161	100,91	152.800	100,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Galapagos Recebíveis do Agronegócio - Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2025	30.06.2024
Composição do resultado exercício		
Ativos financeiros de natureza agroindustriais		
Apropriação de rendimento	8.273	2.890
Resultado Líquido dos ativos financeiros de natureza agroindustriais	8.273	2.890
Ativos financeiros de natureza imobiliária		
Certificados de recebíveis imobiliários	2.908	1.661
Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento	-	13
Resultado Líquido dos ativos financeiros de natureza imobiliária	2.908	1.674
Ativos Financeiros de Natureza não Imobiliária		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	896	473
Rendas aplicações interfinanceiras	896	473
Cotas de fundos de investimento	276	-
Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento	276	-
Resultado Líquido de Ativos Financeiros de Natureza Não Imobiliária	1.172	473
Outras Receitas/Despesas	(1.964)	(2.302)
Despesas com Taxa de Administração	(224)	(250)
Despesas com Taxa de Gestão	(1.507)	(1.665)
Despesas com Auditoria	(70)	(79)
Despesas com Taxa de Fiscalização CVM	(20)	(29)
Despesa com Consultoria Jurídica	(12)	-
Despesas com Consultores Especializados	(181)	(195)
Outras Receitas e Despesas	50	(83)
Resultado líquido do exercício	10.389	2.735
(-) Outros resultados abrangentes	2.492	(3.440)
Ajuste de marcação a mercado - Títulos privados	2.492	(3.440)
Resultado abrangente do exercício	12.881	(705)
 Quantidade de cotas integralizadas - Cotas	 1.750.865	 1.750.865
Lucro/Prejuízo líquido por cota integralizada - R\$	5,933615	1,562604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Galapagos Recebíveis do Agronegócio - Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Cotas Integralizadas	Amortização de cotas	Gastos relacionados a emissão de cotas	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2023	176.576	-	(5.268)	-	322	171.631
Amortização de principal	-	(16.517)	-	-	-	(16.517)
Ajuste de marcação a mercado - Títulos privados	-	-	-	(3.440)	-	(3.440)
Distribuição do resultado do período	-	-	-	-	(3.057)	(3.057)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	2.735	2.735
Saldo em 30 de junho de 2024	176.576	(16.517)	(5.268)	(3.440)	-	151.351
Amortização de principal	-	(3.765)	-	-	-	(3.765)
Ajuste de marcação a mercado - Títulos privados	-	-	-	2.492	-	2.492
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	(9.681)	(9.681)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	10.389	10.389
Saldo em 30 de junho de 2025	176.576	(20.282)	(5.268)	(948)	708	150.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Galapagos Recebíveis do Agronegócio - Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto dos Exercícios Findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2025	30.06.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Rendimento de operações compromissadas mantidos para necessidade de liquidez	896	473
Receita com distribuição de rendimento	-	10
Prejuízo com cotas de Fii	-	(37)
Pagamento de taxa de administração	(225)	(252)
Pagamento de taxa de gestão	(1.510)	(1.678)
Pagamento de taxa de performance	-	(197)
Pagamento de despesas de consultoria	(166)	-
Pagamento de despesas de auditoria	(70)	(70)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(20)	(20)
Pagamento de serviços técnicos especializados	-	(195)
Pagamento de despesa de distribuição	(14)	-
Pagamento de outras despesas administrativas	(73)	(51)
Demais pagamentos e recebimentos	120	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.074)	(2.017)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação em cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	(601)	-
Resgate de cotas de fundos imobiliários	-	806
Aquisição de títulos privados - CRI	(26.636)	(16.339)
Recebimento de juros - CRI	1.802	1.171
Recebimento de amortização - CRI	1.921	1.072
Venda de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	24.577	15.745
Aquisição de Certificados de Recebíveis Agrícolas - CRA	(41.119)	(110.716)
Venda de Certificados de Recebíveis Agrícolas - CRA	18.868	100.239
Amortização de principal - Certificados de Recebíveis Agrícolas - CRA	22.107	19.106
Pagamento de juros - Certificados de Recebíveis Agrícolas - CRA	10.266	17.621
Dividendos recebidos	178	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	11.363	28.705
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas amortizadas	(3.765)	(16.517)
Distribuição de rendimento	(9.752)	(3.793)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(13.517)	(20.310)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.228)	6.378
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	20.259	13.881
Disponibilidades	11	2
Aplicações em Operações Compromissadas	20.248	13.879
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	17.031	20.259
Disponibilidades	3	11
Aplicações em Operações Compromissadas	17.028	20.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Galapagos Recebíveis Agronegócio – Fiagro – Imobiliário Responsabilidade Limitada, (“Fundo”), anteriormente denominado Galapagos Recebíveis Agronegócio – Fiagro – Imobiliário, foi constituído em 07 de novembro de 2019 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, sob a modalidade de Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC), cuja ata realizada em 30 de julho de 2021 mudou a modalidade para Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - Imobiliário (FIAGRO - Imobiliário). Iniciou efetivamente suas atividades em 20 de agosto de 2021.

O Fundo é constituído com Classe Única de Cotas.

O Fundo é destinado a pessoas físicas e jurídicas, residentes e domiciliadas no Brasil, investidores institucionais e fundos de investimento, bem como investidores não residentes, observadas as normas aplicáveis.

O objeto do Fundo é o investimento nas cadeias produtivas agroindustriais. Desse modo, o Fundo deverá investir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido em certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”) e certificados de recebíveis imobiliários que possuam lastro ligado a cadeias produtivas agroindustriais (“CRI”).

As aplicações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, Gestora ou de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo inclusive, ocorrer perda do capital investido.

As cotas subscritas e integralizadas no âmbito da emissão passaram a ser negociadas em mercado secundário administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”) a partir de 04 de outubro de 2021, sob o código GCRA11. Vide nota explicativa nº 9.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

O Fundo é regido pelo Regulamento vigente e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993 (“Lei nº 8.668”), conforme alterações introduzidas pela Lei nº 14.130, de 29 de março de 2021, a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 39, de 13 de junho de 2021 (“Resolução CVM 39”) e Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 e seu Anexo Normativo III (“RCVM 175” e “Anexo Normativo III”, respectivamente), e demais orientações e normas contábeis emitidas pela CVM, conforme aplicável.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício findo em 30 de junho de 2025 e foram aprovadas pela Administração em 29 de setembro de 2025.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.1 Reapresentação das demonstrações financeiras dos saldos divulgados em
30 de junho de 2024**

Durante a elaboração dessas demonstrações financeiras, a CVM divulgou o Complemento ao Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2025/CVM/SSE/SNC referente a distribuição de rendimentos em FIAGRO, acerca da adequada política de distribuição de rendimentos dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio – FIAGRO, (conforme nota explicativa nº 22). O Fundo vinha realizando suas distribuições com base no regime de caixa, entretanto, o Ofício-Circular esclarece que os FIAGROs devem, obrigatoriamente, adotar o regime de competência para a apuração e distribuição de resultados. Diante do exposto, e em atendimento às orientações constantes do Ofício e de seu Complemento, o Administrador e a Gestora do Fundo procederam com os devidos ajustes de classificação contábil, de modo a refletir como Amortização de Principal parte das distribuições realizadas no exercício findo em 30 de junho de 2024, assim, se fez necessário a reapresentação dos saldos antes divulgados conforme demonstrado a seguir:

Demonstração do Resultado do exercício:

	Emitido		Reapresentado
	30.06.2024	Ajuste	30.06.2024
Ativos financeiros de natureza agroindustriais			
Apropriação de rendimento	1.397	1.493	2.890
Resultado Líquido dos ativos financeiros de natureza agroindustriais	1.397	1.493	2.890
Ativos financeiros de natureza imobiliária			
Certificados de recebíveis imobiliários	(286)	1.947	1.661
Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento	13	-	13
Resultado Líquido dos ativos financeiros de natureza imobiliária	(273)	1.947	1.674
Ativos Financeiros de Natureza não Imobiliária			
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	473	-	473
Resultado Líquido de Ativos Financeiros de Natureza Não Imobiliária	473	-	473
Outras Receitas/Despesas	(2.302)	-	(2.302)
Resultado líquido do exercício	(705)	3.440	2.735
(-) Outros resultados abrangentes	-	(3.440)	(3.440)
Ajuste de marcação a mercado - Títulos privados	-	(3.440)	(3.440)
Resultado abrangente do exercício	(705)	-	(705)
 Quantidade de cotas integralizadas - Cotas	 1.750.865	 -	 1.750.865
 Lucro/Prejuízo líquido por cota integralizada - R\$	 1,562604	 -	 1,562604

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido reapresentada:

	Emitido	Ajustes	Reapresentado
Saldo em 30 de junho de 2023	171.631		171.631
Amortização de principal	-	(16.517)	(16.517)
Ajuste de marcação a mercado - Títulos privados	-	(3.440)	(3.440)
Distribuição do resultado do período	(19.575)	16.517	(3.057)
Resultado líquido do exercício	(705)	3.440	2.735
Saldo em 30 de junho de 2024	151.351	-	151.351

Demonstração do fluxo de caixa – método direto:

	Emitido		Reapresentado
	30.06.2024	Ajuste	30.06.2024
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.017)	-	(2.017)
Caixa líquido das atividades de investimentos	28.705	-	28.705
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cotas amortizadas	-	(16.517)	(16.517)
Distribuição de rendimento	(20.310)	16.517	(3.793)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(20.310)	-	(20.310)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.378	-	6.378
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	13.881	-	13.881
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	20.259	-	20.259

As reapresentações realizadas foram exclusivamente para atender a norma vigente e não houve alterações no resultado ou no patrimônio líquido em 30 de junho de 2024.

3 Descrição das principais práticas contábeis

3.1 Apuração dos resultados

É apurado pelo regime de competência e os ganhos ou perdas resultantes da avaliação de ativos ou de passivos do Fundo, ainda que não realizados financeiramente, devem ser reconhecidos no

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultado do período.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em conta movimento, e se aplicável, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificativo de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimento inferior a 90 dias.

Em 30 de junho de 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediata, nos totais de R\$ 11 e R\$ 20.248, respectivamente.

Em 30 de junho de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediata, nos totais de R\$ 3 e R\$ 17.028, respectivamente.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra sociedade.

3.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

3.5 Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de mensuração

Os ativos e passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio de resultado):** os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, apurada no início da operação. Esses ativos estão sujeitos a provisões para redução do seu valor recuperável.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo fundo.

3.6 Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Disponibilidades:** saldos de caixa e depósitos à vista.

(i) Aplicações financeiras de natureza não agroindustriais:

Operações interfinanceiras de liquidez: são operações com compromisso de recompra com vencimento em data futura, anterior ou igual a do vencimento dos títulos objeto da operação, valorização diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

(i) Aplicações financeiras de natureza agroindustriais:

Certificados de Recebíveis do Agronegócio – são operações de crédito nominativo, de livre negociação, com a promessa de pagamento em dinheiro emitido com base em lastro de recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros. Inclui financiamentos ou empréstimos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários são reconhecidos a valor justo, apropriando diariamente a oscilação do valor, com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA ou, nos casos de falta de cotação no mercado secundário, por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela Administradora e, quando aplicável, ajustado ao valor de realização mediante constituição da correspondente provisão para perdas. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dessas estimativas.

Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - Imobiliário: Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor da aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, negociadas em mercado secundário administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”).

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7 Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

(i) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência em condições regulares de mercado.

Caso não exista valor de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução do valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio de utilização de taxa efetiva de juros.

(ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação a totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

(iii) Reconhecimento de variações de valor justo

Como regra geral, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros para negociação, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

3.8 Estimativa de julgamentos contábeis críticos

A Administradora do Fundo efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administradora, podem ser consideradas mais relevantes e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos do Fundo, estão descritas a seguir:

Valor justo dos certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários: o valor justo dos certificados de recebíveis do agronegócio que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis na data das demonstrações contábeis.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Demais passivos

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos *pro rata dia*.

3.10 Lucro por cota

O lucro por cota, apresentado na demonstração de resultado, é apurado considerando-se o lucro líquido do período dividido pelo total de cotas do Fundo integralizadas ao final de cada período.

3.11 Demonstrativo ao valor justo

O Fundo aplica o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/11, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.
- **Nível 3** - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

A classificação dos ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo está divulgada na nota explicativa nº 4.

A tabela abaixo apresenta os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2025 e 2024:

Em 30 de junho de 2025:

Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Certificados de recebíveis imobiliários – CRI	-	13.080	-	13.080
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	118.781	-	118.781
Total do ativo	-	131.861	-	131.861

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024:

Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Certificados de recebíveis imobiliários – CRI	-	11.439	-	11.439
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	121.076	-	121.076
Total do ativo	-	132.515	-	132.515

4 Aplicações financeiras

São representadas por:

(i) Ativos financeiros de natureza não Agroindustriais

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Operações compromissadas – São registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pelo rendimento proporcional auferido com base na taxa de remuneração contratada, reconhecido no resultado na rubrica “Receita de Juros - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Operações Compromissadas”.

Em 30 de junho de 2025 e 2024 as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por:

Operações compromissadas	30.06.2025		30.06.2024	
	Valor de mercado	Resultado	Valor de Mercado	Resultado
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	142	20.248	250
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	579	-	104
Nota do Tesouro Nacional – NTN	17.028	175	-	119
Total	17.028	896	20.248	473

Cotas de fundos de investimento imobiliário – FIAGRO – Nível 1

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor da aquisição e atualizados, diariamente pelos respectivos valores das cotas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”).

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário:

Cotas de fundos de investimento imobiliário	2025	2024
Saldo inicial	-	678
Aplicação em cotas de Fundos Imobiliários	-	-
Resgate em cotas de Fundos Imobiliários	-	-
Resultado com cotas de fundos	-	4
Venda de cotas de Fundos Imobiliários	-	(682)
Ações a liquidar	-	-
Saldo final	-	-

No exercício findo em 30 de junho de 2024 as operações com cotas de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais geraram resultado positivo de R\$13 (sendo R\$ 3 com resultado com cotas de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais e R\$ 10 com resultado de rendimentos recebidos), sendo que durante o exercício o Fundo realizou a alienação total das cotas.

No exercício findo em 30 de junho de 2025 o Fundo não operou com cotas de fundos de investimento imobiliário.

(ii) Ativos financeiros de natureza Agroindustriais

***Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários:
Nível 2***

Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários são reconhecidos a valor justo, apropriando diariamente a oscilação de valor, com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA ou, nos casos de falta de cotação no mercado secundário, por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela Administradora e, quando aplicável, ajustado ao valor de realização mediante constituição da correspondente provisão para perdas. Os ajustes a valor justo são contabilizados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As receitas auferidas com os rendimentos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA são contabilizados em rubricas específicas no resultado.

As valorizações e desvalorizações dos investimentos em Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão apresentadas na Demonstração do Resultado em “Ativos Financeiros de Natureza Agroindustriais – Apropriação de Rendimentos”, pelo seu valor líquido.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As valorizações e desvalorizações dos investimentos em Certificados de Recebíveis Imobiliários estão apresentadas na Demonstração do Resultado em “Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária – Certificados de Recebíveis Imobiliário”, pelo seu valor líquido.

De acordo com o CPC 48, a classificação e a mensuração dos ativos financeiros dependem: (a) do modelo de negócios no qual são administrados; (b) das características de seus fluxos de caixa. Especificamente, para que os ativos financeiros sejam classificados e mensurados com base no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), as seguintes condições cumulativas devem ser atendidas: a) o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e (b) os termos contratuais do ativo financeiro deem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. No entendimento da Administradora, ambas as condições são aplicáveis aos CRAs e CRIs que compõem a carteira de investimentos do Fundo, de forma que a adoção dessa prática contábil é que mais adequadamente reflete o modelo de negócios no qual os ativos financeiros são geridos pelo Fundo.

Movimentação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio:

	2025	2024
Saldo inicial	121.076	145.929
Compra de CRA	41.119	110.716
Venda de CRA	(18.868)	(100.239)
Amortização de CRA	(22.107)	(19.106)
Pagamento de Juros CRA	(10.266)	(17.621)
Permuta de ativo para cota de FIDC	(2.541)	-
Resultado de ajuste de MTM CRA	2.095	(1.493)
Provisão	(3.765)	(17.911)
Resultado de CRA	12.038	20.801
Saldo final	118.781	121.076

Movimentação de Certificados de Recebíveis Imobiliários:

	2025	2024
Saldo inicial	11.439	13.374
Compra de CRI	26.636	16.339
Venda de CRI	(24.577)	(15.745)
Amortização de CRI	(1.921)	(1.072)
Pagamento de Juros CRI	(1.802)	(1.171)
Resultado de ajuste de MTM CRA	397	(1.947)
Resultado de CRI	2.908	1.661
Saldo final	13.080	11.439

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2025 as aplicações em Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão representadas por:

Securitzadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2025
Companhia Província de Securitização	1	2	Única	Debênture	N/A	Garantia fidejussória representada pelas fianças outorgadas pelos Fiadores; Cessão fiduciária de recebíveis; fundo de reserva e despesas.	20/12/2021	08/12/2025	CDI	5,40%	9.306	1.442
Opea Securitizadora S.A.	4	23	Sênior	CPR-F	N/A	Garantia fidejussória prestada pelos Avalistas; Cessão fiduciária de recebíveis.	23/12/2021	17/12/2026	CDI	5,35%	2.773	1.417
Opea Securitizadora S.A.	13	1	Única	CPR-F	N/A	Alienação fiduciária de imóveis; Cessão fiduciária de recebíveis; fundo de reserva; Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	26/03/2018	26/12/2027	IPCA	7,50%	2.270	1.041
Vert Companhia Securitizadora	1	57	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	30/06/2021	26/06/2026	IPCA	8,00%	6.748	1.658
Opea Securitizadora S.A.	3	23	Sênior	CPR-F	N/A	Garantia fidejussória prestada pelos Avalistas; Cessão fiduciária de recebíveis.	23/12/2021	17/12/2026	IPCA	9,00%	7.292	4.133
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	203	Única	Debênture	N/A	Cessão fiduciária de recebíveis; fundo de reserva; e Fiança.	29/09/2022	28/09/2027	CDI	4,75%	761	416

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2025
Virgo Companhia de Securitização	1	124	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis; e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	29/09/2022	15/09/2027	CDI	5,00%	16.522	9.980
Opea Securitizadora S.A.	1	63	Única	Nota Comercial	N/A	Alienação fiduciária de imóveis; Cessão fiduciária de recebíveis; e Fiança.	14/12/2022	20/12/2027	CDI	4,00%	9.270	5.547
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	2	259	Única	Debênture	N/A	Cessão fiduciária de estoque; Cash Collateral; e Fiança.	12/06/2023	15/05/2028	CDI	5,00%	8.000	6.987
Ceres Securitizadora S.A.	2	22	Sênior	CPR-F	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; e Aval dos Avalistas, nos termos do CDCA, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	19/07/2023	31/07/2027	CDI	6,40%	15.305	8.207
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	247	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	15/06/2023	20/11/2029	CDI	5,00%	9.475	7.172

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2025
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	311	Única	CPR-F	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; e Aval dos Avalistas, nos termos do CDCA, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	23/01/2024	25/01/2029	CDI	5,00%	7.673	5.591
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	394	Única	CPR-F	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; e Aval dos Avalistas, nos termos do CDCA, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	22/04/2025	26/04/2030	CDI	4,00%	3.000	2.910
Reit Securitizadora	1	9	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis; Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva; Penhor de Safra; e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	14/03/2022	26/06/2027	IPCA	12,25%	9.139	6.389

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2025
Reit Securitizadora	1	8	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis; Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva; Penhor de Safra; e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	11/03/2022	26/06/2027	IPCA	12,25%	10.005	7.077
True Securitizadora S.A.	1	27	Única	Nota Comercial	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis e Equipamentos; e Fiança.	20/05/2022	15/05/2029	CDI	5,50%	14.458	11.626
Reit Securitizadora	1	6	Única	CPR-F	N/A	Penhor Agrícola; Alienação Fiduciária de Imóveis e; Condição de avalistas e responsáveis de forma solidária por todas as obrigações da Devedora para com a Securitizadora.	24/10/2022	30/10/2025	CDI	8,50%	20.365	13.839
Vert Companhia Securitizadora	2	99	Única	CPR-F	N/A	Penhor Agrícola, Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	05/02/2025	28/01/2030	CDI	5,10%	6.000	6.664

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2025
Vert Companhia Securitizadora	1	148	Única	CPR-F	N/A	Penhor Agrícola, Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	13/12/2022	18/08/2032	IPCA	9,00%	3.429	2.891
Vert Companhia Securitizadora	1	97	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	23/07/2024	17/05/2030	CDI	4,75%	234	225
Vert Companhia Securitizadora	2	97	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	23/07/2024	17/05/2030	CDI	4,75%	12.699	13.569
Total											174.724	118.781

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024 as aplicações em Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão representadas por:

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2024
Virgo Companhia de Securitização	1	12	Única	Debênture	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; Fundo de despesa; e Fiança.	12/03/2021	13/03/2024	CDI	3,35%	6.350	1.118
Companhia Província de Securitização	1	2	Única	Debênture	N/A	Garantia fidejussória representada pelas fianças outorgadas pelos Fiadores; Cessão fiduciária de recebíveis; Fundo de reserva e despesas.	20/12/2021	08/12/2025	CDI	5,40%	9.306	4.288
Opea Securitizadora S.A.	4	23	Sênior	CPR-F	N/A	Garantia fidejussória prestada pelos Avalistas; Cessão fiduciária de recebíveis.	23/12/2021	17/12/2026	CDI	5,35%	2.773	2.108
Opea Securitizadora S.A.	13	1	Única	CPR-F	N/A	Alienação fiduciária de Imóveis; Cessão fiduciária de recebíveis; Fundo de reserva; Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	26/03/2018	26/12/2027	IPCA	7,50%	2.270	1.378
Vert Companhia Securitizadora	1	57	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	30/06/2021	26/06/2026	IPCA	8,00%	6.033	2.906
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	127	Sênior	CDCA	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; e Aval dos Avalistas, nos termos do CDCA, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	16/11/2021	30/12/2025	CDI	5,00%	866	865
Opea Securitizadora S.A.	3	23	Sênior	CPR-F	N/A	Garantia fidejussória prestada pelos Avalistas; Cessão fiduciária de recebíveis.	23/12/2021	17/12/2026	IPCA	9,00%	4.063	3.344

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2024
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	203	Única	Debênture	N/A	Cessão fiduciária de recebíveis; Fundo de reserva; e Fiança.	29/09/2022	28/09/2027	CDI	4,75%	761	572
Virgo Companhia de Securitização	1	124	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis; e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	29/09/2022	15/09/2027	CDI	5,00%	16.522	13.288
Opea Securitizadora S.A.	1	63	Única	Nota Comercial	N/A	Alienação fiduciária de imóveis; Cessão fiduciária de recebíveis; e Fiança.	14/12/2022	20/12/2027	CDI	4,00%	9.000	7.225
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	2	259	Única	Debênture	N/A	Cessão fiduciária de estoque; Cash Collateral; e Fiança.	12/06/2023	15/05/2028	CDI	5,00%	8.000	8.095
Ceres Securitizadora S.A.	2	22	Sênior	CPR-F	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; e Aval dos Avalistas, nos termos do CDCA, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	19/07/2023	31/07/2027	CDI	6,40%	15.305	14.811
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	247	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	15/06/2023	20/11/2029	CDI	5,00%	9.475	8.776
Eco Securitizadora de DC do Agronegócio S.A.	1	311	Única	CPR-F	N/A	Cessão Fiduciária de Recebíveis; e Aval dos Avalistas, nos termos do CDCA, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	23/01/2024	25/01/2029	CDI	5,00%	6.978	6.976

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2024
Virgo Companhia de Securitização	1	112	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	05/04/2022	03/05/2029	CDI	6,00%	1.978	1.878
Reit Securitizadora	1	9	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis; Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva; Penhor de Safra; e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	14/03/2022	26/06/2027	IPCA	12,25%	9.139	6.182
Reit Securitizadora	1	8	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis; Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva; Penhor de Safra; e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	11/03/2022	26/06/2027	IPCA	12,25%	10.005	6.850
True Securitizadora S.A.	1	27	Única	Nota Comercial	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis e Equipamentos; e Fiança.	20/05/2022	15/05/2029	CDI	5,50%	14.458	11.586
Reit Securitizadora	1	6	Única	CPR-F	N/A	Penhor Agrícola; Alienação Fiduciária de Imóveis e; Condição de avalistas e responsáveis de forma solidária por todas as obrigações da Devedora para com a Securitizadora.	24/10/2022	30/10/2025	CDI	8,50%	20.365	13.839
Vert Companhia Securitizadora	1	65	Única	CPR-F	N/A	Alienação Fiduciária de Imóveis, Cessão Fiduciária de Recebíveis e Aval dos Avalistas, nos termos da CPR-F, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	27/09/2021	03/07/2026	IPCA	8,00%	5.992	4.992
Total											159.639	121.076

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2025 as aplicações em Certificados de Recebíveis Imobiliários estão representadas por:

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2025
Virgo Companhia de Securitização	373	4	Única	Nota Comercial	N/A	Alienação fiduciária de imóveis; Cessão fiduciária de recebíveis; fundo de reserva; Aval dos Avalistas, nos termos da nota comercial, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	11/03/2022	15/03/2032	IPCA	9,50%	15.409	13.080
										Total	15.409	13.080

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singular e Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024 as aplicações em Certificados de Recebíveis Imobiliários estão representadas por:

Securitizadora	Série	Emissão	Classe	Lastro	Rating de Emissão	Garantia	Data de emissão	Data de vencimento	Indexador	Spread	Quantidade	Posição em 30.06.2024
Virgo Companhia Nota de Securitização	373	4	Única	Nota Comercial	N/A	Alienação fiduciária de imóveis; Cessão fiduciária de recebíveis; Fundo de reserva; Aval dos Avalistas, nos termos da nota comercial, pelo qual assumiram a condição de principais pagadores e coobrigados, responsabilizando-se solidariamente com a Devedora pelo pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, podendo, a qualquer tempo, virem a ser chamados para honrar tais obrigações.	11/03/2022	15/03/2032	IPCA	9,51%	13.435	11.439
Total:											13.435	11.439

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo não pode realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que a exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido do Fundo.

Nos exercícios findos 30 de junho de 2025 e 2024, o Fundo não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Principais fatores de riscos

O objetivo e a política de investimentos do Fundo não constituem promessa de rentabilidade e o cotista assume os riscos decorrentes do investimento no Fundo, ciente da possibilidade de eventuais perdas e eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo.

A rentabilidade das cotas não coincide com a rentabilidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo em decorrência dos encargos do Fundo, dos tributos incidentes sobre os recursos investidos e da forma de apuração do valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Gestor, de qualquer empresa pertencente ao seu conglomerado financeiro, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A Administradora e o Gestor não poderão ser responsabilizadas por qualquer resultado negativo na rentabilidade do Fundo, depreciação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas com valor reduzido, sendo a Administradora e o Gestor responsáveis tão somente por perdas ou prejuízos resultantes de comprovado erro grosseiro ou má-fé de sua parte, respectivamente.

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador e o Gestor mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. A seguir encontram-se descritos os principais riscos inerentes ao Fundo, os quais não são os únicos aos quais estão sujeitos os investimentos no Fundo e no Brasil em geral.

Riscos relativos ao Fundo e aos Ativos-Alvo

Riscos variados associados aos Ativos

Os Ativos estão sujeitos a oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de liquidez

Os Ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez baixa em comparação a outras modalidades de investimento. Além disso, os FIAgro encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, sendo uma modalidade de investimento pouco disseminada em tal mercado.

Adicionalmente, os FIAgro podem ser constituídos na forma de condomínios fechados, não sendo admitida, portanto, a possibilidade de resgate de suas Cotas. Dessa forma, os FIAgro encontram pouca liquidez no mercado brasileiro e os Cotistas poderão enfrentar dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no mercado secundário, mesmo sendo admitida para estas a negociação no mercado de bolsa ou de balcão organizado. Desse modo, o investidor que adquirir as Cotas do Fundo deverá estar consciente de que o investimento no Fundo consiste em investimento de longo prazo.

Riscos relativos ao Pré-Pagamento ou Amortização Extraordinária dos Ativos

Os Ativos poderão conter em seus documentos constitutivos cláusulas de pré-pagamento ou amortização extraordinária. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira do Fundo em relação aos limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos na Instrução CVM 555 conforme aplicável. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação, pelo Gestor, de Ativos que estejam de acordo com a política de investimentos do Fundo. Desse modo, o Gestor poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma rentabilidade alvo buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de liquidação antecipada do Fundo

No caso de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas, pela liquidação antecipada do Fundo, os Cotistas poderão receber Ativos em regime de condomínio civil. Nesse caso: (i) o exercício dos direitos por qualquer Cotista poderá ser dificultado em função do condomínio civil estabelecido com os demais Cotistas; (ii) a alienação de tais direitos por um Cotista para terceiros poderá ser dificultada em função da iliquidez de tais direitos.

Riscos de mercado. Fatores macroeconômicos

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no país, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas. No passado, o surgimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras recentes resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado financeiro e o mercado de capitais brasileiros e a economia do Brasil, tais como: flutuações no mercado financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos (inclusive de imóveis), indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Qualquer novo acontecimento de natureza similar aos acima mencionados, no exterior ou no Brasil, poderá prejudicar de forma negativa as atividades do Fundo, o patrimônio do Fundo, a rentabilidade dos Cotistas e o valor de negociação das Cotas. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Cotas, bem como resultar (a) em alongamento do período de amortização de Cotas; e/ou de distribuição dos resultados do Fundo; ou (b) liquidação do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

Adicionalmente, os ativos financeiros do Fundo devem ser marcados a mercado, ou seja, seus valores serão atualizados diariamente e contabilizados pelo preço de negociação no mercado, ou pela melhor estimativa do valor que se obteria nessa negociação. Como consequência, o valor das Cotas de emissão Fundo poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive ao longo do dia. Como consequência, o valor de mercado das Cotas de emissão do Fundo poderá não refletir necessariamente seu valor patrimonial.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo as instituições responsáveis pela distribuição das Cotas, os demais Cotistas do Fundo, o Administrador e as Instituições Participantes da Oferta, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, (i) o alongamento do período de amortização das cotas e/ou de distribuição dos resultados do Fundo; (ii) a liquidação do Fundo; ou, ainda, (iii) caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

Riscos regulatórios

A legislação aplicável ao Fundo, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentem investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, exigir novas licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios relativos aos Ativos, gerando, consequentemente, efeitos adversos ao Fundo. Ainda, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como moratórias e alterações das políticas monetárias e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do Fundo.

Risco decorrente de alterações no Regulamento

O Regulamento poderá ser alterado sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM e/ou da B3, em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM e/ou da B3 ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Risco de concentração da carteira do Fundo

O objetivo do Fundo é o de investir preponderantemente em valores mobiliários. Dessa forma, deverão ser observados os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos nas regras gerais sobre fundos de investimento, aplicando-se as regras de desenquadramento e reenquadramento lá estabelecidas. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial. Os riscos de concentração da carteira englobam, ainda,

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na hipótese de inadimplemento do emissor do Ativo em questão, o risco de perda de parcela substancial ou até mesmo da totalidade do capital integralizado pelos Cotistas.

Risco da morosidade da justiça brasileira

O Fundo poderá ser parte em demandas judiciais relacionadas aos Ativos, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. Em virtude da morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo obterá resultados favoráveis nas demandas judiciais relacionadas aos Ativos e, consequentemente, poderá impactar negativamente no patrimônio do Fundo, na rentabilidade dos Cotistas e no valor de negociação das Cotas.

Riscos institucionais

O Governo Federal pode intervir na economia do país e realizar modificações significativas em suas políticas e normas, causando impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do país. As atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam, por exemplo, as taxas de juros, controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; flutuações cambiais; inflação; liquidez dos mercados financeiro e de capitais domésticos; política fiscal; instabilidade social e política; alterações regulatórias; e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. Em um cenário de aumento da taxa de juros, por exemplo, os preços dos ativos podem ser negativamente impactados. Nesse cenário, efeitos adversos relacionados aos fatores mencionados podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiro, inclusive o preço de mercado das Cotas.

Risco de crédito

Consiste no risco de os devedores de direitos creditórios emergentes dos Ativos e os emissores de títulos que eventualmente integrem a carteira do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores ou devedores dos lastros que compõem os Ativos em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores e devedores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez desses ativos. Nestas condições, o Administrador poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejado e, consequentemente, o Fundo poderá enfrentar problemas de liquidez.

Adicionalmente, a variação negativa dos ativos do Fundo poderá impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas. Além disso, mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores e dos devedores dos lastros que compõem os Ativos, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

Risco da Marcação a Mercado

Os Ativos objeto de investimento pelo Fundo podem ser aplicações de médio e longo prazo

GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(inclusive prazo indeterminado em alguns casos), que podem possuir baixa liquidez no mercado secundário e o cálculo de seu valor de face para os fins da contabilidade do Fundo é realizado via marcação a mercado. Desta forma, a realização da marcação a mercado dos Ativos da carteira do Fundo visando o cálculo do patrimônio líquido deste, pode causar oscilações negativas no valor das Cotas, cujo cálculo é realizado mediante a divisão do patrimônio líquido do Fundo pela quantidade de Cotas emitidas até então. Dessa forma, as Cotas do Fundo poderão sofrer oscilações negativas de preço, o que pode impactar negativamente na negociação das Cotas pelo Investidor no mercado secundário.

Riscos tributários

As regras tributárias aplicáveis aos FIAgro podem vir a ser modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, bem como em virtude de novo entendimento acerca da legislação vigente, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Adicionalmente, existe a possibilidade de que a Secretaria da Receita Federal tenha interpretação diferente do Administrador quanto ao não enquadramento do Fundo como pessoa jurídica para fins de tributação ou quanto à incidência de tributos em determinadas operações realizadas pelo Fundo. Nessas hipóteses, o Fundo passaria a sofrer a incidência de Imposto de Renda, PIS, COFINS, Contribuição Social nas mesmas condições das demais pessoas jurídicas, com reflexos na redução do rendimento a ser pago aos Cotistas ou teria que passar a recolher os tributos aplicáveis sobre determinadas operações que anteriormente entendia serem isentas, podendo inclusive ser obrigado a recolher, com multa e juros, os tributos incidentes em operações já concluídas. Ambos os casos podem impactar adversamente o rendimento a ser pago aos Cotistas ou mesmo o valor das Cotas. Por fim, há a possibilidade de o Fundo não conseguir atingir ou manter as características descritas na Lei nº 11.033/04, quais sejam: (i) ter, no mínimo, 50 (cinquenta) Cotistas; (ii) não ter Cotista que seja titular de Cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das Cotas emitidas pelo Fundo ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo; e (iii) as Cotas do Fundo deverão ser admitidas à negociação exclusivamente em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado. Desta forma, caso isso ocorra, não haverá isenção tributária para os rendimentos que venham a ser pagos aos Cotistas que sejam pessoas físicas.

Risco jurídico

A estrutura financeira, econômica e jurídica do Fundo apoia-se em um conjunto de obrigações e responsabilidades contratuais e na legislação em vigor e, em razão da pouca maturidade e da escassez de precedentes em operações similares e de jurisprudência no que tange a este tipo de operação financeira, poderá haver perdas por parte dos Cotistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para manutenção do arcabouço contratual estabelecido.

Risco de desenquadramento passivo involuntário

Na ocorrência de algum evento que enseje o desenquadramento passivo involuntário da carteira do Fundo, a CVM poderá determinar ao Administrador, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a convocação de Assembleia Geral para decidir sobre uma das seguintes alternativas, dentre outras: (i) transferência da administração ou da gestão do Fundo, ou de ambas; (ii) incorporação a outro Fundo, ou (iii) liquidação do Fundo. A ocorrência das hipóteses previstas nos itens “i” e “ii” acima poderá afetar negativamente o valor das Cotas e a rentabilidade do Fundo. Por sua vez, na ocorrência do evento previsto no item “iii” acima, não há como garantir que o preço de venda dos Ativos será favorável aos Cotistas, bem como não há como assegurar que os Cotistas conseguirão reinvestir os recursos em outro investimento que possua rentabilidade igual ou superior àquela

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

auferida pelo investimento nas Cotas do Fundo.

Risco de disponibilidade de caixa

Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para honrar suas obrigações, o Administrador convocará os Cotistas para que em Assembleia Geral de Cotistas estes deliberem pela aprovação da emissão de novas cotas com o objetivo de realizar aportes adicionais de recursos ao Fundo.

Os Cotistas que não aportarem recursos serão diluídos.

Risco operacional

Os Ativos objeto de investimento pelo Fundo serão administrados e geridos pelo Administrador e pelo Gestor, respectivamente, portanto os resultados do Fundo dependerão de uma administração/gestão adequada, a qual estará sujeita a eventuais riscos operacionais, que caso venham a ocorrer, poderão afetar a rentabilidade dos cotistas.

Risco de crédito dos Ativos da carteira do Fundo

Os Ativos que comporão a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou devedores, conforme o caso, em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores e/ou devedores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez e por consequência, o valor do patrimônio do Fundo e das Cotas.

Risco do Investimento nos Ativos Financeiros

O Fundo poderá investir em Ativos Financeiros e tais Ativos Financeiros, pelo fato de serem de curto prazo e possuírem baixo risco de crédito, podem afetar negativamente a rentabilidade do Fundo. Adicionalmente, os rendimentos originados a partir do investimento em Ativos Financeiros serão tributados de forma análoga à tributação dos rendimentos auferidos por pessoas jurídicas (tributação regressiva de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) a 15,0% (quinze por cento), dependendo do prazo do investimento) e tal fato poderá impactar negativamente na rentabilidade do Fundo.

Os Cotistas podem ser chamados a deliberar sobre a necessidade de realizar aportes adicionais no Fundo em caso de perdas e prejuízos na carteira que resultem em patrimônio negativo do Fundo. O investimento em cotas de um FIAGro representa um investimento de risco, que sujeita os Investidores a perdas patrimoniais e a riscos, dentre outros, àqueles relacionados com a liquidez das cotas, à volatilidade do mercado de capitais e aos Ativos integrantes da carteira. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, dos Coordenadores, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas. Considerando que o investimento no Fundo é um investimento de longo prazo, este estará sujeito a perdas superiores ao capital aplicado. Em caso de perdas e prejuízos na carteira que resultem em patrimônio negativo do Fundo, os Cotistas poderão ser chamados a deliberar sobre a necessidade de aportar recursos adicionais no Fundo.

Risco de uso de derivativos

O Fundo pode realizar operações de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial mas existe a possibilidade de alterações substanciais nos preços dos contratos de derivativos. O uso

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de derivativos pelo Fundo pode (i) aumentar a volatilidade do Fundo, (ii) limitar as possibilidades de retornos adicionais, (iii) não produzir os efeitos pretendidos, ou (iv) determinar perdas ou ganhos ao Fundo. A contratação deste tipo de operação não deve ser entendida como uma garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor ou do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito - FGC de remuneração das Cotas. A contratação de operações com derivativos poderá resultar em perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Recente Desenvolvimento da Securitização de Direitos Creditórios dos CRA

A securitização de direitos creditórios do agronegócio é uma operação recente no Brasil. A Lei nº 11.076, que criou os certificados de recebíveis do agronegócio, foi editada em 2004. Entretanto, só houve um volume maior de emissões de certificados de recebíveis de agronegócios nos últimos anos. Além disso, a securitização é uma operação mais complexa que outras emissões de valores mobiliários, já que envolve estruturas jurídicas que objetivam a segregação dos riscos do emissor do valor mobiliário, de seu devedor (no caso, a devedora) e créditos que lastreiam a emissão.

Dessa forma, por se tratar de um mercado recente no Brasil, o mesmo ainda não se encontra totalmente regulamentado e com jurisprudência pacífica, podendo ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando assim uma insegurança jurídica e um risco ao investimento do Fundo em CRA, uma vez que os órgãos reguladores e o Poder Judiciário poderão, ao analisar a Oferta e os CRA e/ou em um eventual cenário de discussão e/ou de identificação de lacuna na regulamentação existente, (i) editar normas que regem o assunto e/ou interpretá-las de forma a provocar um efeito adverso sobre os CRA, bem como (ii) proferir decisões que podem ser desfavoráveis aos interesses no investimento em CRA, o que em qualquer das hipóteses, poderá afetar adversamente o investimento do Fundo em CRA, e consequentemente afetar negativamente as Cotas do Fundo e consequentemente afetar de modo adverso o Cotista.

Recente regulamentação específica acerca do investimento em certificados de recebíveis do agronegócio

A atividade de securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio está sujeita à Lei 11.076 e à Instrução CVM 60, no que se refere a distribuições públicas de certificados de recebíveis do agronegócio. Como a Instrução CVM 600 foi recentemente publicada, poderão surgir diferentes interpretações acerca da Instrução CVM 600, o que pode gerar efeitos adversos sobre o investimento do Fundo em CRA, e consequentemente afetar de forma adversa as Cotas.

Riscos relacionados aos créditos que lastreiam os CRA

Para os contratos que lastreiam a emissão dos CRA em que os devedores têm a possibilidade de efetuar o pagamento antecipado dos créditos do agronegócio, esta antecipação poderá afetar, total ou parcialmente, os cronogramas de remuneração, amortização e/ou resgate dos CRA, bem como a rentabilidade esperada do papel.

Para os CRA que possuam condições para a ocorrência de vencimento antecipado do contrato lastro dos CRA, a companhia securitizadora emissora dos CRA promoverá o resgate antecipado dos CRA, conforme a disponibilidade dos recursos financeiros. Assim, os investimentos do Fundo nestes CRA poderão sofrer perdas financeiras no que tange à não realização do investimento realizado (retorno do investimento ou recebimento da remuneração esperada), bem como o Gestor poderá ter dificuldade de reinvestir os recursos à mesma taxa estabelecida como remuneração do CRA, anteriormente investido.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A capacidade da companhia securitizadora emissora dos CRA de honrar as obrigações decorrentes dos CRA depende do pagamento pelo(s) devedor(es) dos créditos do agronegócio que lastreiam a emissão dos CRA e da execução das garantias eventualmente constituídas. Os créditos do agronegócio representam créditos detidos pela companhia securitizadora contra o(s) devedor(es), correspondentes aos saldos do(s) contrato(s) do agronegócio, que compreendem atualização monetária, juros e outras eventuais taxas de remuneração, penalidades e demais encargos contratuais ou legais. O patrimônio separado constituído em favor dos titulares dos CRA não conta com qualquer garantia ou coobrigação da companhia securitizadora. Assim, o recebimento integral e tempestivo do Fundo e pelos demais titulares dos CRA dos montantes devidos, conforme previstos nos termos de securitização, depende do recebimento das quantias devidas em função dos contratos do agronegócio, em tempo hábil para o pagamento dos valores decorrentes dos CRA. A ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira dos devedores poderá afetar negativamente a capacidade do patrimônio separado de honrar suas obrigações no que tange ao pagamento dos CRA pela companhia securitizadora.

Demais riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e do Gestor, tais como moratória, guerras, revoluções, além de mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica e decisões judiciais porventura não mencionados nesta seção.

A descrição dos fatores de risco incluída neste prospecto não pretende ser completa ou exaustiva, servindo apenas como exemplo e alerta aos potenciais investidores quanto aos riscos a que estarão sujeitos os investimentos no Fundo.

7 Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2025, o Fundo estava composto por 1.750.865,00000 cotas com valor unitário de R\$ 86,121091 totalizando R\$ 150.786.

Em 30 de junho de 2024, o Fundo estava composto por 1.750.865,00000 cotas com valor unitário de R\$ 86,444090 totalizando R\$ 151.352.

8 Emissão, resgate, liquidação e amortização de cotas

a. Emissão

A Administradora, com vistas à constituição do Fundo, emitirá para oferta pública, o total de 500.000 (quinhentas mil) cotas, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada, no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), em série única, podendo ser acrescido em até 100% (cem por cento) totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de reais) equivalente a 1.000.000 (um milhão) cotas, conforme o caso, mediante a emissão do lote adicional (“1ª Emissão”).

Será admitida a distribuição parcial de cotas da 1ª Emissão, respeitado o montante mínimo de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), equivalente a 50.000 (cinquenta mil) cotas, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400 c/c artigo 5º-A da Instrução CVM 476.

As cotas da 1ª Emissão que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o período de

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distribuição da 1ª Emissão serão canceladas.

Depois de as cotas estarem integralizadas e após o Fundo estar devidamente constituído e em funcionamento, os titulares das cotas poderão negociá-las secundariamente em mercado de bolsa operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Dessa forma, até o exercício findo em 30 de junho de 2023, foram integralizadas 1.750.865 cotas.

Até o exercício findo em 30 de junho de 2024, o Fundo incorreu em gastos relacionados a emissão de cotas no montante de R\$ 5.268.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, o Fundo não emitiu cotas.

b. Resgate

De acordo com o disposto no artigo 2º, da Lei nº 8.668, o cotista não poderá requerer o resgate de suas cotas.

c. Liquidação

No caso de dissolução ou liquidação do Fundo, o patrimônio do Fundo será partilhado aos cotistas na proporção de suas cotas, após o pagamento de todas as dívidas e despesas do Fundo.

d. Amortização

O Fundo poderá amortizar parcialmente as suas cotas quando ocorrer a venda de ativos para redução do seu patrimônio ou sua liquidação.

A amortização parcial das cotas para redução do patrimônio do Fundo implicará na manutenção da quantidade de cotas existentes por ocasião da venda do ativo, com a consequente redução do seu valor na proporção da diminuição do patrimônio representado pelo ativo alienado.

Caso o Fundo efetue amortização de capital os cotistas deverão encaminhar cópia do Boletim de Subscrição ou as respectivas notas de negociação das cotas do Fundo à Administradora, comprobatórios do custo de aquisição de suas cotas. Os cotistas que não apresentarem tais documentos terão o valor integral da amortização sujeito a tributação, conforme determinar a regra tributária para cada caso.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024, houve amortização de cotas respectivamente no montante de R\$ 3.765 e R\$ 16.517.

9 Negociação das cotas

As cotas subscritas e integralizadas no âmbito da emissão passaram a ser negociadas em mercado secundário administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”) a partir de 04 de outubro de 2021, sob o código GCRA11.

Abaixo segue valores de negociação das cotas do Fundo na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”) durante o exercício findo em 30 de junho de 2025 e 2024:

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2025	
Data	Valor de negociação (R\$)
31/07/2024	63,11
31/08/2024	63,96
30/09/2024	60,70
31/10/2024	61,08
30/11/2024	59,85
31/12/2024	55,22
31/01/2025	56,42
28/02/2025	58,99
31/03/2025	64,02
30/04/2025	60,98
31/05/2025	63,00
30/06/2025	64,06

2024	
Data	Valor de negociação (R\$)
30/06/2023	96,98
31/07/2023	93,75
31/08/2023	91,39
30/09/2023	88,47
31/10/2023	85,66
30/11/2023	78,50
31/12/2023	76,00
31/01/2024	72,70
29/02/2024	66,15
31/03/2024	65,00
30/04/2024	64,67
31/05/2024	62,35
30/06/2024	60,50

10 Remuneração da Administração e Gestão

A Administradora receberá por seus serviços uma taxa de administração (“Taxa de Administração”) equivalente a 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano) à razão de 1/12 avos, calculada sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Fundo, ou o valor mínimo mensal de R\$ 15 (quinze mil reais), atualizado anualmente segundo a variação positiva do IPCA/IBGE, prevalecendo o valor que for maior. Nos primeiros 12 (doze) meses contados da primeira integralização de cotas, o valor mínimo mensal será de R\$ 9 (nove mil reais).

A taxa de administração será calculada mensalmente por período vencido e quitada até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês em que os serviços forem prestados.

O Gestor receberá, a título de remuneração pelos serviços de gestão, o equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), sobre o patrimônio líquido do Fundo, já incluído na Taxa de Administração, observado o disposto abaixo.

Nos primeiros 12 (doze) meses de funcionamento do Fundo, contados da data da primeira integralização de cotas, a parcela da Taxa de Administração correspondente à remuneração do Gestor poderá ser reduzida segundo os seguintes critérios:

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O Gestor fará jus ao recebimento ordinário da parcela da remuneração prevista no parágrafo 2º supra apenas caso os rendimentos efetivamente pagos pelo Fundo aos cotistas relativos à competência do mês anterior ao da apuração da referida taxa forem superiores a 7,5% ao ano (“Parâmetro”), calculado mensalmente com base no preço das cotas na primeira emissão de cotas do Fundo, de R\$ 100,00;
- (ii) A remuneração prevista no parágrafo 2º supra será reduzida, até o limite de 100% (cem por cento) caso seja verificado que os rendimentos distribuídos pelo Fundo aos cotistas foram inferiores ao Parâmetro. Haverá o pagamento parcial da Taxa de Administração correspondente à remuneração do Gestor caso os rendimentos efetivamente pagos pelo Fundo aos cotistas somados à redução aplicada na remuneração atinjam o montante suficiente para que os rendimentos alcancem o Parâmetro;
- (iii) Para os períodos de apuração da remuneração prevista no parágrafo 2º supra em que ainda não haja rendimentos pagos aos cotistas desde a primeira integralização de cotas, a parcela da Taxa de Administração correspondente à remuneração do Gestor não será cobrada do Fundo; e
- (iv) Caso ocorram novas emissões de cotas do Fundo no período de 12 (doze) meses de funcionamento do Fundo contados da data da primeira integralização de cotas, as novas cotas serão consideradas no cálculo do “Parâmetro” a partir do mês em que essas cotas participarem em igualdade de condições com as demais cotas do Fundo nas distribuições de rendimentos.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados.

Além da remuneração que lhe é devida nos termos do Regulamento, o Gestor fará jus a uma taxa de performance (“Taxa de Performance”), a qual será provisionada mensalmente e paga semestralmente, até o dia 15 do 1º (primeiro) mês do semestre subsequente, diretamente pelo Fundo ao Gestor, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas. A Taxa de Performance será calculada da seguinte forma:

$$VT\ Performance = 0,20 \times \{ [Resultado_m - 1] - [PL\ Base \times (1 + Taxa\ de\ Correção_m - 1)] \}$$

• **VT Performance** = Valor da Taxa de Performance devida, apurada na data de apuração de performance;

• **Taxa de Correção_{m-1}** = Variação do Benchmark (IPCA + X, sendo que o “X” é a média aritmética do Yield IMA-B 5 (títulos com prazo para o vencimento até cinco anos), divulgado diariamente pela ANBIMA.

• **PL Base** = Valor da integralização de cotas do **FUNDO**, já deduzidas as despesas da oferta, no caso do primeiro período de apuração da Taxa de Performance de cada emissão de cotas, ou patrimônio líquido contábil utilizado na apuração da última cobrança da Taxa de Performance efetuada, para os períodos de apuração subsequentes (desconsiderando o efeito de possíveis parcelamentos).

As datas de apuração da Taxa de Performance corresponderão sempre ao último dia dos meses de junho e dezembro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 30 de junho de 2024 foi apropriado o montante de R\$ 250 a título de taxa de administração e R\$ 1.665 a título de taxa de gestão.

No exercício findo em 30 de junho de 2025 foi apropriado o montante de R\$ 224 a título de taxa de administração e R\$ 1.507 a título de taxa de gestão.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024 não foi apropriado valores referente a taxa de performance.

11 Prestadores de serviços

Os serviços são prestados:

Custódia:	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administração:	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria:	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração:	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão:	Galápagos Capital Investimentos e Participações Ltda.
Tesouraria:	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuição de cotas:	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Formador de Mercado	XP Investimentos Corretora de Câmbio TVM S.A.

12 Custódia dos títulos em carteira

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e os Títulos Privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo estão sob a responsabilidade do Administrador dos fundos investidos, ou de terceiros por ele contratados.

13 Partes relacionadas

As operações do Fundo são feitas substancialmente por intermédio da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Administradora do Fundo), em conjunto com a Galápagos Capital Investimentos e Participações Ltda. (Gestora do Fundo). A conta corrente do Fundo é mantida junto a Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

Descrição	Parte Relacionada	30.06.2025		30.06.2024	
		Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
Disponibilidade	Singulare C.T.V.M.	3	-	11	-
Aplicação Interfinanceiras de Liquidez	Singulare C.T.V.M.	17.028	896	20.248	473

Descrição		30.06.2025		30.06.2024	
		Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Taxa de Administração	Singulare C.T.V.M.	(19)	(224)	(19)	(250)
Taxa de Gestão	Galápagos Capital	(129)	(1.507)	(129)	(1.665)

14 Principais encargos debitados ao Fundo

Os encargos debitados ao fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio no

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício, estão apresentados da seguinte maneira:

Encargos	30/06/2025	% do PL médio	30/06/2024	% do PL médio
Taxa de administração	(224)	(0,15)	(250)	(0,15)
Taxa de gestão	(1.507)	(1,00)	(1.665)	(1,01)
Despesa de auditoria	(70)	(0,05)	(79)	(0,05)
Despesas com Consultores Especializados	(181)	(0,12)	(195)	(0,12)
Despesa com Consultoria Jurídica	(12)	(0,01)	-	-
Taxa de fiscalização – CVM	(20)	(0,01)	(29)	(0,02)
Outras despesas	(70)	(0,05)	(84)	(0,05)
Total:	(2.085)	(1,38)	(2.302)	(1,39)

Patrimônio líquido - Médio	151.359	165.197
-----------------------------------	----------------	----------------

15 Rentabilidade

O patrimônio líquido médio no exercício, valor da cota e rentabilidade estão apresentadas abaixo:

Data	PL Médio (R\$ mil)	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
28/06/2024	165.197	86,444091	(11,82)
30/06/2025	151.359	86,121091	(0,37)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

16 Política de distribuição dos resultados

Em consonância com o Ofício-Circular- Conjunto nº 1/2025/CVM/SSE/SNC e Complemento Ofício- Circular-Conjunto nº 2/2025/CVM/SSE/SNC, o Fundo distribui rendimentos aos cotistas com base no lucro contábil obtido nos exercícios apurado segundo o regime de competência. Na apuração, Na apuração, tendo como base a Demonstração de Resultado do Fundo, são considerados, independentemente de ter ocorrido o recebimento caixa dos recursos: (i) os juros dos ativos investidos; (ii) a atualização monetária dos ativos investidos; (iii) as despesas administrativas e gerais do Fundo; e (iv) as eventuais outras despesas e receitas ocorridas. Além disso, são excluídos da base de distribuição os resultados não realizados que poderão ser revertidos no futuro, em especial e, por exemplo, aqueles oriundos da conta de “Ajuste a Valor Justo” (ou “MTM”). O resultado obtido após estas etapas é denominado “Lucro Base para Distribuição.

O Fundo poderá distribuir a seus cotistas, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados auferidos, apurados segundo o regime de competência, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. O resultado auferido num determinado período poderá, a critério do GESTOR, ser distribuído aos Cotistas, mensalmente, sempre no 10º (décimo) Dia Útil do mês subsequente ao do recebimento dos recursos pelo FUNDO, a título de antecipação dos rendimentos do semestre a serem distribuídos, sendo que eventual saldo de resultado não distribuído como antecipação poderá ser pago no 10º (décimo) Dia Útil dos meses de fevereiro e agosto, ou terá a destinação que lhe der a assembleia geral de cotistas, com base em proposta e justificativa apresentada pela Administradora, com base em recomendação do Gestor. O

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante que (i) exceder a distribuição mínima de 95% (noventa e cinco por cento) dos lucros auferidos no semestre, nos termos da Lei nº 8.668, conforme alterada, e (ii) não seja destinado à Reserva de Contingência (definida abaixo) poderá ser, a critério do Gestor e da Administradora, investido em Ativos Financeiros para posterior distribuição aos cotistas, ou reinvestido na aquisição de Ativos-Alvo.

No exercício findo em 30 de junho de 2025 o Fundo distribuiu rendimentos no montante de R\$ 13.517 (R\$ 20.310 em 2024). Segue abaixo, movimentação da distribuição ocorrida:

	2025	2024
(=) Resultado abrangente	12.881	(705)
(-/+) Marcação MTM Resultado	(2.492)	3.440
(-) Despesas provisionadas e não pagas no exercício	(4)	(8)
(-/+) Receitas provisionadas e não recebidas no exercício	(3)	7
(=) Base para distribuição	10.382	2.734
Rendimentos apropriados no exercício	9.681	3.057
Rendimentos período anterior	1.226	1.961
Rendimentos pagos no período	(9.752)	(3.792)
Rendimentos a pagar	(1.155)	(1.226)
% do resultado distribuído	93,25%	111,81%

O valor médio dos rendimentos pagos por cota no exercício findo em 30 de junho de 2025, considerando-se o rendimento pago no exercício sobre a quantidade média ponderada de cotas integralizadas existentes no mesmo período foi positivo em 5,48% (1,73% em 2024).

A rentabilidade percentual das cotas do Fundo no exercício findo em 30 de junho de 2025, considerando-se o resultado do exercício sobre o valor nominal das cotas integralizadas ao final do exercício é de 7,29% (no exercício findo em 30 de junho de 2024 o Fundo apresentou prejuízo).

17 Política de divulgação das informações

A Administradora prestará aos cotistas, ao mercado em geral, à CVM e ao mercado em que as cotas do Fundo estejam negociadas, conforme o caso, as informações obrigatórias exigidas pela Instrução CVM 472.

Para fins do disposto no Regulamento, considerar-se-á o correio eletrônico uma forma de correspondência válida entre a Administradora e os cotistas, inclusive para convocação de assembleias gerais e procedimentos de consulta formal.

O envio de informações por meio eletrônico prevista no caput dependerá de autorização do cotista

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Fundo.

Compete ao cotista manter a Administradora atualizada a respeito de qualquer alteração que ocorrer em suas informações de cadastro ou no seu endereço eletrônico previamente indicado, isentando a Administradora de qualquer responsabilidade decorrente da falha de comunicação com o cotista, ou ainda, da impossibilidade de pagamento de rendimentos do Fundo, em virtude de informações de cadastro desatualizadas.

O correio eletrônico igualmente será uma forma de correspondência válida entre a Administradora e a CVM.

18 Legislação tributária

Os rendimentos distribuídos pelo Fundo aos Cotistas residentes no Brasil, bem como aqueles decorrentes da amortização das Cotas ou seu resgate em decorrência do término do prazo de duração ou liquidação antecipada do Fundo, sujeitam-se à incidência do IRRF à alíquota de 20% (vinte por cento). Excepcionalmente, conforme o disposto na Lei nº 11.033/04, na redação introduzida pela Lei nº 14.130/21, o Cotista pessoa física residente no Brasil ficará isento do IRRF sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo na hipótese de, cumulativamente: (a) as Cotas serem admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado; (b) o Fundo possuir Cotistas em número igual ou superior a 50 (cinquenta); e (c) o Cotista pessoa física não possuir participação em Cotas em percentual igual ou superior a 10% (dez por cento) da totalidade de cotas emitidas do Fundo ou ser titular de Cotas que lhe outorguem o direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do rendimento total auferido pelo Fundo no período.

Os ganhos na alienação de Cotas estarão sujeitos à tributação do IR à alíquota de 20% (vinte por cento), sendo o ganho apurado: (i) conforme a sistemática de ganhos líquidos, no caso de (a) pessoas jurídicas, em operações dentro ou fora de bolsa, e (b) pessoas físicas, em operações realizadas em bolsa; e (ii) de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou de direitos de qualquer natureza, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

O IR sobre os ganhos será considerado: (i) definitivo, no caso de Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação da tributação corporativa aplicável aos Cotistas pessoas jurídicas. Sem prejuízo da tributação acima, haverá a incidência do IRRF à alíquota de 0,005% sobre os ganhos decorrentes de negociações de Cotas em ambiente de bolsa ou mercado de balcão com intermediação, ficando responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem diretamente do cliente.

Os rendimentos auferidos pelos Cotistas não residentes em paraíso fiscal estarão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), nos termos da Instrução Normativa nº 1.585/15. Os rendimentos auferidos pelos Cotistas que residem em jurisdição com tributação favorecida, conforme o art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.037/10, estarão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 20% (vinte por cento). A isenção de IRRF prevista para pessoa física com residência no Brasil, conforme as condições citadas acima, alcança os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes no exterior, inclusive em jurisdição com tributação favorecida.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

A Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela Next Auditores Independentes Ltda. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais quer na defesa dos direitos dos cotistas quer destes contra a administração do Fundo.

21 Deliberações em assembleia

Em instrumento particular da Administração para alteração do Regulamento realizado em 27 de junho de 2025, aprovou:

Alteração do Regulamento do Fundo, adaptando este nos termos da RCV 175 e Anexo Normativo III, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, o qual passará a vigor com a redação constante no Anexo I ao presente instrumento (“Regulamento”), incluindo, sem limitação, (a) a forma de comunicação que será utilizada pelo administrador, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Resolução CVM 175/22; (b) segregação de taxas de administração e gestão e inclusão do descritivo sobre a taxa máxima de distribuição; (c) adaptação redacional sobre a nova estrutura de fundo, classes e subclasses; (d) adaptação da lista de encargos do fundo, em linha com RCV 175; (e) alteração da responsabilidade dos cotistas da Classe que será limitada ao valor subscrito pelo cotista; (f) alteração da denominação para: Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário Responsabilidade Limitada; e (g) demais adaptações à Resolução CVM 175/22, no que for aplicável.

As deliberações constantes neste instrumento passarão a vigorar a partir de 27/06/2025, data de divulgação na CVM.

22 Comunicado ao Mercado – Ajuste do Histórico de Distribuições do Fundo

Em comunicado ao mercado realizado em 29 de setembro de 2025, a Administração do Fundo informou:

No Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2025/CVM/SSE/SNC (“Ofício”), que dispõe sobre a forma de apuração e distribuição de rendimentos nos FIAGROs, a CVM estabeleceu que tais fundos devem obrigatoriamente adotar o regime de competência para apuração do lucro contábil, afastando a possibilidade de utilização exclusiva do regime de caixa, conforme disposto no item 6. Destacase que, até a divulgação do referido ofício, não havia manifestação expressa da CVM sobre o tema, razão pela qual o Fundo adotava o critério de caixa para fins de distribuição de resultados.

**GALAPAGOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - FIAGRO-IMOBILIÁRIO
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

(Anteriormente denominado Galapagos Recebíveis do Agronegócio – Fiagro-Imobiliário)

CNPJ: 37.037.297/0001-70

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –

CNPJ: 62.285.390/0001-40)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No mesmo ofício, a CVM reforçou que administradores e gestores devem exercer cautela na deliberação sobre a distribuição de resultados não realizados financeiramente — tais como aqueles decorrentes de ajustes a valor justo — recomendando que se evite a distribuição de montantes sujeitos a eventual reversão. Nesse contexto, a interpretação inicial dos prestadores de serviço do Fundo era que as provisões realizadas sobre ativos inadimplentes, especialmente aquelas aplicadas a ativos que possuem garantia real e, portanto, expectativa de recuperação futura das provisões realizadas, não deveriam compor a base de cálculo dos rendimentos distribuíveis, de modo que o prejuízo contábil a eles relacionado não deveriam impactar a distribuição dos resultados.

Entretanto, o Ofício-Circular-Conjunto nº 2/2025/CVM/SSE/SNC, denominado Complemento ao Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2025/CVM/SSE/SNC (“Complemento”), no item 2(c), trouxe orientação adicional no sentido de que as provisões sobre investimentos também devem ser consideradas na base de cálculo dos rendimentos. Dessa forma, entende-se que as provisões já registradas na carteira do Fundo devem ser consideradas na apuração dos lucros passíveis de serem distribuídos.

Adicionalmente, o item 2(b) do Complemento estabelece que, caso haja distribuição a título de antecipação de lucros e a apuração contábil posterior indique resultado inferior, o excesso de distribuição deve ser reconhecido como devolução de capital investido pelos cotistas. Em outras palavras, as distribuições já realizadas que superem o lucro contábil apurado devem ser contabilizadas como amortização do custo investido. Diante do exposto, e em atendimento às orientações constantes do Ofício e de seu Complemento, o Administrador e a Gestora do Fundo procederam com a alteração da apuração dos resultados, do regime de caixa para competência no Regulamento do Fundo, bem como os respectivos ajustes de classificação contábil, de modo a refletir como Amortização de Principal parte das distribuições realizadas nos períodos indicados.

23 Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, realizada por meio de Edital de Convocação aos Cotistas convocada pela Administradora em 11 de agosto de 2025 ("Consulta Formal"), os cotistas deliberaram:

Aprovar, nos termos da regulamentação aplicável, a possibilidade de instauração de programa de recompra de cotas da classe única do Fundo, com a consequente inclusão do artigo 15 no capítulo "DAS OFERTAS PÚBLICAS DE COTAS DO FUNDO", conforme redação consolidada e constante na versão do Regulamento no Anexo I ao Procedimento de Consulta Formal.

* * *

Ricardo Cavalari
CRC: SP-322316/O-5
Contador

Daniel Doll Lemos
Diretor responsável